

PLANO DE METAS

A Chapa "Somos todos Auditores", ciente da responsabilidade que é representar a categoria de Auditores Fiscais da Receita Estadual de Goiás, apresenta o seu plano de metas para o triênio 2025-2027, para colher sugestões que aprimorem e potencializem métodos e estratégias que atribuam efetividade às ações voltadas à valorização profissional, à manutenção e à ampliação de direitos e garantias dos filiados ao Sindifisco-GO, além de torna-la uma entidade cada vez mais forte e reconhecida no seio da sociedade goiana.

META 1

IMPLEMENTAR TETO 100

Fruto da exitosa campanha salarial desenvolvida nos últimos anos pela atual diretoria do Sindifisco-GO, o subsídio da nossa categoria "esbarrou" no subteto constitucional de 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), afetando a remuneração de cerca de 70% dos nossos filiados. A conquista do TETO 100, já em 2025 é, portanto, pauta prioritária da chapa Somos Todos Auditores.

O advento da Emenda Constitucional n.º 132/2023 (Reforma Tributária), somado à decisão definitiva do STF nas ADIs n.º nº. 3.854 e 4.014, ocorrida em 2022, extinguindo a limitação salarial entre magistrados estaduais e federais, tornam juridicamente viável adequação do teto salarial em Goiás, já formalmente apresentada ao governo.

META 2

REMODELAR A PARCELA INDENIZATÓRIA - PI

Decomposição em rubricas de coberturas de despesas e adequação ao PL 2721/2021

A parcela indenizatória, verba criada em 2016 para ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício do cargo, como alimentação, transporte e hospedagem necessita ser reformulada no sentido de:

1. Manter o seu valor sempre atualizado pelo índice de inflação;
2. Atribuir segurança jurídica, especialmente diante da iminente aprovação do PL n.º 2721/2021, que regulamentará a percepção de parcelas de caráter indenizatório que não se sujeitam ao limite remuneratório constitucional;
3. Excluir do texto da lei 13.266/1998 o seu valor máximo expresso em reais;
4. Definir na lei os percentuais limites para cada cobertura;
5. Criar novas coberturas além das já existentes, como a destinada ao ressarcimento de planos de saúde, extensiva a auditores fiscais aposentados e pensionistas;
6. Alterar dispositivo do decreto n.º 8.463/2016 que veda a percepção da verba em caso de afastamentos como férias, licenças-prêmio, licença médica etc.

META 3

PROPOR FUNDO ESPECIAL DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Fundo para custeio das atividades da Administração Tributária

Os fundos especiais para financiamento e custeio das atividades das administrações tributárias, têm garantia constitucional, conforme definido no art. 167, IV da CF/88.

A existência de tais fundos é regra entre as 27 unidades da federação, sendo o Estado de Goiás uma das raríssimas exceções, tendo revogado o FUNDAF por meio da Lei 15.443/2005.

Instituindo-se o fundo especial da Administração Tributária em Goiás, tornar-se-á viável o custeio de programas como de participação em resultados e de assistência à saúde de seus membros ativos, aposentados e pensionistas, a exemplo do que já vigora nos Estados de Pernambuco (FAAF), Rio de Janeiro (FAF) e Mato Grosso do Sul (FUNGEFAZ).

META 4

ARTICULAR A REGULAMENTAÇÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Conter as aposentadorias de auditores fiscais por falta de regulamentação

Conter as aposentadorias "forçadas" de auditores fiscais, provocadas pela falta de regulamentação do dispositivo aprovado pela EC n.º 65-2019 (§19º do Art. 97 da CE), que exige lei para a fruição do abono de permanência, é alvo da atenção da chapa Somos Todos Auditores para o próximo triênio. Lançando mão do protagonismo do Sindifisco na seara classista em Goiás, uma ampla articulação será movida junto às demais entidades de classes dos servidores públicos, visando o envio pela governadoria de projeto de lei de regulamentação do benefício.

META 5

PROPOR A CRIAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - LOAT

Revisão e adequação do parecer da jurista Adriana Schier ao novo modelo tributário

Adiantando-se à aprovação pelo Congresso Nacional da Lei complementar que estabelecerá normas gerais aplicáveis às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a chamada Lei Orgânica da Administração Tributária - LOAT, conforme previsto no texto da Reforma Tributária (EC n.º 132/2023), o SINDIFISCO-GO elaborou, sob a consultoria da jurista Adriana Schier, especialista do tema, estudo detalhado que servirá de balizamento para a construção da norma em âmbito estadual.

A chapa Somos todos Auditores dará continuidade às articulações já iniciadas, tanto em nível estadual, como em âmbito nacional, no sentido de

patrocinar ações que viabilizem a implementação da autonomia da AT goiana.

META 6

CRIAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL

Paralelamente à aprovação da LOAT, é preciso promover o deslocamento da Administração Tributária, que historicamente é subordinada a Secretaria de Estado da Fazenda (Economia), para o 1º escalão de governo, passando a ostentar o status de secretaria.

A criação de uma secretaria própria para, com exclusividade, gerir as competências da Administração Tributária permitirá a potencialização dos seus resultados, evitando que o seu planejamento de investimentos se confunda com atribuições a ela estranhas, proporcionando ao Chefe do Executivo Estadual uma visão clara da sua essencialidade.

META 7

criar departamentos na estrutura sindical

Democratizar e especializar a gestão sindical

A política sindical exige a especialização das suas atividades, para um melhor e mais eficiente atendimento da defesa dos interesses dos auditores fiscais representados. Sendo assim, os Departamentos Técnicos devem assessorar a Diretoria em áreas como comunicação, produção de pareceres técnicos em assuntos de interesse do auditor fiscal, da Administração Tributária, do serviço público ou da cidadania, o oferecimento de cursos, a realização de eventos como seminários, congressos, dentre outras áreas estratégicas.

Os Departamentos Técnicos devem ser formados e coordenados pelos Auditores-Fiscais filiados e convidados pela Diretoria. Com isso, a Chapa Somos Todos Auditores pretende, também, democratizar a gestão sindical ampliando a participação dos seus filiados em setores estritamente técnicos, a fim de que sejam atendidas as demandas da categoria com maior rapidez e qualidade.

A participação dos filiados em trabalhos técnicos, de interesse da categoria e da Diretoria do SINDIFISCO-GO, contribui para o enriquecimento das decisões sindicais e para o engajamento do auditor fiscal na defesa dos seus próprios interesses, redundando no fortalecimento e qualificação da atividade sindical.

META 8

CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL

Estruturar Núcleo de Apoio Psicossocial - NUJAP

O modo contemporâneo de viver e trabalhar impõe condições ao trabalhador auditor fiscal que foram muito rapidamente intensificadas no cenário pós-pandêmico. As novas condições de trabalho e de vida têm provocado sérias consequências para a qualidade da saúde do auditor fiscal, com repercussão na esfera funcional.

Para fazer frente às novas condições e evitar prejuízos pessoais e laborais no seio da categoria, faz-se cada vez mais necessária a acolhida e o cuidado com o ser humano, tendo em vista os frequentes casos de sofrimento psíquico aos quais muitos estão sendo submetidos, nas mais diversas frentes, sejam elas de cunho meramente social ou especialmente profissional.

A continuidade da gestão da Chapa Somos Todos Auditores permitirá que o programa de saúde mental, já iniciado, seja totalmente implementado no triênio 2025-2027, com a estruturação do Núcleo Jurídico de Apoio Psicossocial - NUJAP, responsável por realizar a avaliação contínua dos limites, do ponto de vista trabalhista, das atividades dos auditores fiscais, especialmente no ambiente distanciamento provocado pelo trabalho remoto e de comunicação mediante o uso de ferramentas de mensagens

instantâneas.

O cuidado com a saúde psicossocial do auditor-fiscal, ainda que no âmbito trabalhista, é mais uma iniciativa visionária da atual Diretoria do SINDIFISCO/GO, que vem se renovando e quebrando paradigmas a cada gestão.

META 9

LANÇAR CANDIDATURA DE AUDITOR FISCAL A ALEGO

Estabelecer um sistema político robusto de proteção das suas competências

Há muito que o Fisco tem encontrado dificuldades para construir o trânsito político capaz de viabilizar nossas demandas, sejam elas legislativas ou administrativas. O caminho utilizado nos últimos anos, tem sido o de patrocinar, por intermédio de grupos de auditores, campanhas eleitorais e, assim, tentar formar parcerias com candidatos ao parlamento, a fim de que os eleitos possam exercer a representação e defesa dos interesses da categoria.

Contudo, o caminho ideal para a categoria é o de ter representação própria. A chapa Somos Todos Auditores, para o processo eleitoral de 2026, apresentará à classe a(s) candidatura(s) de membro(s) da categoria, com histórico de militância em defesa da categoria, para que esta possa contar com um sistema mais robusto de proteção das suas competências.



Presidente

Paulo Sérgio dos Santos Carmo (Paulão)

CONCLUSÃO

Com a proposta de realização desses objetivos estratégicos, associados ao trabalho que já vem sendo desenvolvido, a Chapa Somos Todos Auditores, que sofreu pequena alteração na sua composição desde o seu primeiro mandato, em 2017, pede a renovação da confiança do Auditor Fiscal para que lhe outorgue mais um mandato na gestão do SINDIFISCO/GO.

A permanência da chapa na gestão do SINDIFISCO/GO atende a um propósito bem delineado. Desde a proposta feita para a gestão que se iniciou em 2017, pretendeu-se alcançar alguns objetivos no sentido do fortalecimento do sindicato e da valorização do Auditor Fiscal. Muitos já foram alcançados, mas outros dependem da complementação de um ciclo, para a conclusão do qual a continuidade e a experiência são imprescindíveis.

No próximo triênio, a Chapa Somos Todos Auditores espera que se consagrará o fechamento desse ciclo, com o alcance dos objetivos estratégicos apresentados aqui. Nesse momento, tanto do ponto de vista laboral ou trabalhista como do ponto de vista sindical, a categoria se encontrará num paradigma diferente, com maiores possibilidades de gerir suas demandas de classe.